

# A LIBERDADE ECONÓMICA PROMOVE A MOBILIDADE ASCENDENTE DE RENDIMENTOS



Justin T. Callais and Vincent Geloso

# A Liberdade Económica Promove a Mobilidade Ascendente de Rendimentos

*Justin T. Callais and Vincent Geloso<sup>1</sup>*

## Introdução

A liberdade económica está positivamente associada a numerosos resultados positivos que vão desde um crescimento económico mais rápido (Hall e Lawson, 2014) ao progresso ambiental (Barbier, 2019) e a uma maior resistência face às crises económicas (Geloso e Bolonha Pavlik, 2020; Candela e Geloso, 2021). Recentemente, tem sido dedicada mais atenção à relação entre a liberdade económica e a desigualdade de rendimentos, e os resultados são algo inconclusivos, uma vez que alguns estudos mostram que a liberdade económica está associada a níveis mais elevados de desigualdade, enquanto outros chegam à conclusão contrária (Berggren, 1999; Carter, 2007; Ashby e Sobel, 2008; Bennett e Vedder, 2013; Apergis, Dincer, e Payne, 2014; Strum e De Haan, 2015; Holcombe e Boudreaux, 2016; Bennett e Nikolaev, 2016, 2017; Apergis e Cooray, 2017; Bjørnskov, 2017).

Estes resultados mistos não são surpreendentes por duas razões inter-relacionadas. Primeiro, o estudo da desigualdade de rendimentos é motivado por uma preocupação de mobilidade de rendimentos. Afinal de contas, afirmar que a liberdade económica está positivamente relacionada com o crescimento económico não nos diz se os mais pobres beneficiam desse crescimento. Segundo, os números da desigualdade de rendimentos são substitutos altamente problemáticos para a mobilidade de rendimentos. Estratégias empíricas semelhantes – com o mesmo horizonte temporal, métodos, conceção – produzem resultados drasticamente diferentes se se utilizar um conjunto de dados relativos à desigualdade de rendimentos em vez de outro (Holcombe e Boudreaux, 2016). Assim, a validade de cada conjunto de dados torna-se objeto de disputa (Piketty e Saez, 2003; Mechling, Miller, e Konecny, 2015; Auten e Splinter, 2019, 2021; Larrimore et al., 2017, 2021; Geloso e Magness, 2020; Geloso, Magness, Moore, e Schlosser, 2018). Mais importante ainda, as estatísticas da desigualdade de rendimentos sofrem frequentemente de um viés de composição [*composition bias*], que frustra a forma como expressam a mobilidade dos rendimentos. Um viés de composição ocorre quando novos indivíduos são adicionados a uma população existente e a distribuição do rendimento destes novos indivíduos difere da da população nativa. Por exemplo, quando os imigrantes entram num país, tendem a ter rendimentos mais baixos do que os habitantes nativos, o que aumentará o nível de desigualdade. Contudo, se não houver efeitos da imigração sobre o rendimento dos habitantes nativos, o aumento da desigualdade de rendimentos é apenas um artifício estatístico que não tem qualquer significado económico para o rendimento ou a mobilidade social.<sup>2</sup> A correção dos enviesamentos de composição mostra frequentemente

---

<sup>1</sup> Justin T. Callais é estudante de doutoramento em Agricultural and Applied Economics na Texas Tech University e assistente de investigação no Free Market Institute. Vincent Geloso é Senior Fellow do Fraser Institute e Assistant Professor of Economics na George Mason University.

<sup>2</sup> Um outro tipo de viés de composição está relacionado com a idade. O rendimento é um fluxo de benefícios para uma pessoa por unidade de tempo. Mas as pessoas não só querem maximizar os seus rendimentos, como também querem maximizar a sua riqueza (que é um *stock*). Com o envelhecimento da população, cada vez mais pessoas que ganharam um rendimento no passado deixam de ter rendimento, mas vivem de um stock de riqueza acumulada. Assim, à medida que aumenta a percentagem de trabalhadores reformados que vivem da riqueza que acumularam, a desigualdade de rendimentos vai aumentar. No entanto, isto não aborda a verdadeira questão da mobilidade de

diferentes níveis e movimentos de desigualdade de rendimentos (Moore e Pacey, 2003; Card, 2009; Grubel, 2016), o que sugere que os números da desigualdade são aproximações muito fracas para a possibilidade de mobilidade ascendente.<sup>3</sup>

Neste capítulo da publicação *Economic Freedom of the World*, fornecemos uma avaliação direta do efeito da liberdade económica na mobilidade dos rendimentos, em vez de utilizarmos a desigualdade de rendimentos como uma aproximação desta última. Na secção seguinte, destacamos as possíveis ligações entre a liberdade económica e a mobilidade social ascendente e argumentamos que (em termos líquidos), há fortes razões para argumentar que a liberdade económica aumenta a mobilidade. Na secção 3, explicamos a abordagem empírica e os dados utilizados para testar a nossa hipótese de que a liberdade económica promove a mobilidade social ascendente. Na secção 4, apresentamos os nossos resultados que mostram que o índice de liberdade económica tem um forte efeito positivo na mobilidade ascendente de rendimentos. As cinco subcategorias do índice EFW tomadas individualmente contam uma história mais matizada.<sup>4</sup> A Área 1: Dimensão do Estado está inversamente relacionada com a mobilidade (ou seja, mais Estado traduz-se em maior mobilidade de rendimentos) enquanto as outras quatro subcategorias estão positivamente relacionadas com a mobilidade (ou seja, mais liberdade económica nestas subcategorias traduz-se em maior mobilidade). Na secção 5, concluímos.

## **2. Relacionando a liberdade económica com a mobilidade de rendimentos**

A literatura recente sobre mobilidade de rendimentos sugere que níveis mais elevados de desigualdade implicam níveis mais baixos de mobilidade (Corak, 2012; Clark, 2015). Por outras palavras, os níveis elevados de desigualdade persistem uma vez que os pobres não conseguem ascender e os ricos não descem. A explicação que é frequentemente proposta tende a argumentar que – assumindo tudo o resto igual – os pobres enfrentam mais limitações na sua gama de escolhas e, portanto, têm menos opções disponíveis. À primeira vista, isto parece razoável. No entanto, os primeiros relances enganam. Esta literatura tende a ignorar o papel crucial das instituições na determinação do peso que o constrangimento dos baixos rendimentos representa à mobilidade ascendente. Em países com elevada liberdade económica, como "os cidadãos são livres de fazer comércio uns com os outros" e "não receiam que os seus bens lhes sejam roubados, é provável que encontrem melhores oportunidades" de mobilidade social ascendente (Boudreaux, 2014: 234). Por outras palavras, há duas coisas que podem reduzir as hipóteses de mobilidade ascendente: as restrições de rendimento impostas pelo nascimento e os constrangimentos institucionais que são erguidos em países que carecem

---

rendimentos (Paglin, 1975; Danziger, Haveman, e Smolensky, 1977; Almås e Mogstad, 2012; Almås, Havnes, e Mogstad, 2011).

<sup>3</sup> Herbert Grubel (2016) forneceu provas específicas para o Canadá a este respeito. Para resolver a questão do viés de composição, Grubel rastreou a desigualdade para as mesmas pessoas durante o período de 1990 a 2009. Ao fazer o acompanhamento das mesmas pessoas ao longo do tempo, o efeito de novos indivíduos na população fica presumivelmente eliminado. Neste procedimento, a mobilidade de rendimentos é medida diretamente, em vez de ser avaliada indiretamente a partir da desigualdade de rendimentos. Grubel encontrou níveis elevados de mobilidade ascendente de rendimentos para os mais pobres. Com efeito, Grubel (2016: 86) nota que a mobilidade de rendimentos foi tão forte no grupo que estudou que a desigualdade de rendimentos diminuiu (ainda que tenha aumentado na população em geral).

<sup>4</sup> As cinco subcategorias são: Área 1. Dimensão do Estado; Área 2. Ordenamento Jurídico e Direitos de Propriedade; Área 3. Moeda Estável; Área 4. Liberdade de Comércio Internacional; Área 5. Regulação.

de liberdade económica. No entanto, apenas o primeiro dos dois constrangimentos foi até agora sujeito a estudo aprofundado.

Para compreender convenientemente o papel que a liberdade económica (isto é, um conjunto menor de restrições institucionais) pode desempenhar na promoção da mobilidade de rendimentos, temos à nossa disposição um microcosmo esclarecedor. Kufenko e Geloso (2020) utilizaram o microcosmo dos Jogos Olímpicos, argumentando que o mesmo é ideal para ilustrar a ligação entre mobilidade social, crescimento económico, e desigualdade. O seu argumento é que o talento inato necessário para competir nas Olimpíadas é distribuído de forma independente do rendimento. Contudo, a desigualdade de rendimentos limita a capacidade de desenvolver estes talentos até ao nível necessário para competir no patamar olímpico. Assim, a desigualdade impediria os pobres de competir, mesmo que sejam talentosos. Desta forma, um país ganharia menos medalhas (mantendo-se inalterados todos os restantes fatores) quando a desigualdade aumenta. No entanto, Kufenko e Geloso argumentaram que a liberdade económica mitigaria este efeito. Em primeiro lugar, quaisquer ganhos monetizáveis dos Jogos Olímpicos seriam apropriados graças à garantia dos direitos de propriedade. Isto constitui um forte incentivo ao investimento em competências. Em segundo lugar, impostos baixos e mercados de crédito regulados de forma comedida propiciariam este efeito, aumentando os rendimentos e assegurando um financiamento barato. Assim, países com níveis mais elevados de liberdade económica ganhariam mais medalhas (mantendo-se inalterados todos os demais fatores). Kufenko e Geloso consideram que os países com baixa liberdade económica sofrem uma penalização significativa devido à desigualdade, ao contrário dos países com alta liberdade económica.

Este microcosmo olímpico é bastante ilustrativo para os nossos propósitos. Mostra que a liberdade económica aumenta o conjunto de oportunidades viáveis (e vantajosas) que se encontram disponíveis para os que se encontram na base. De facto, há provas diretas e indiretas consideráveis para a existência desse efeito – especialmente para as subcategorias de liberdade económica que não estão relacionadas com a dimensão do Estado (Área 1). No único estudo que relacionou diretamente as instituições à mobilidade de rendimentos, Boudreaux (2014) utilizou um conjunto de dados de 25 países para os quais existiam dados de mobilidade de rendimentos inter-geracionais e relacionou esses dados com um indicador da medida do Estado de Direito. A sua conclusão foi que maiores graus de Estado de Direito estão associados a uma maior mobilidade ascendente. Enquanto aproximação para direitos de propriedade seguros (Área 2 do índice EFW), o efeito do Estado de Direito sugere que os ganhos resultantes dos esforços empresariais e outros investimentos podem ser apropriados de forma segura, possibilitando uma mobilidade ascendente substancial.

As provas indiretas sugerem o quanto as regulações (que correspondem à Área 5 do índice EFW) afetam negativamente os que estão na base da escala de rendimentos e não os que estão no topo. Por exemplo, Bailey, Thomas, e Anderson (2019) salientam que a regulação nas indústrias americanas abranda o crescimento dos salários dos trabalhadores com baixos rendimentos, enquanto que Chambers, Collins, e Krause (2019) constatam que a regulamentação nessas mesmas indústrias tende a aumentar o preço dos bens que figuram desproporcionalmente nas despesas das famílias pobres (o que reduz os salários reais). Zhang e Gunderson (2020) verificam que, no Canadá, o licenciamento profissional tende a prejudicar mais o crescimento dos rendimentos dos pobres do que o dos trabalhadores com rendimentos mais elevados, uma descoberta secundada por Kleiner e Vorotnikov (2017) para os Estados Unidos. Há também alguma evidência de que o efeito da inflação (que corresponde à Área 3

do índice EFW) é mais severamente sentido por aqueles que estão mais próximos do fundo da escala de rendimentos (Easterly e Fischer, 2001). Nestes exemplos, o denominador comum é que as intervenções governamentais tendem a reduzir o conjunto de oportunidades viáveis e vantajosas para as pessoas que se encontram mais abaixo na escala de rendimentos. Isto pode facilmente relacionar-se com a mobilidade de rendimentos: menos oportunidades implicam uma maior persistência do estatuto socioeconómico.

Poder-se-ia razoavelmente esperar que a subcategoria da “Dimensão do Estado” no índice EFW não seguisse na mesma direção. Em todos os exemplos usados acima, as intervenções governamentais tinham uma clara e forte inclinação em desfavor dos mais pobres da sociedade, limitando as suas oportunidades de ascender. No entanto, poder-se-ia argumentar que a dimensão do Estado poderia levar a mais oportunidades para os mais pobres. Considere-se o exemplo da acumulação de capital humano (ou seja, competências, educação, experiência). Se a capacidade de um indivíduo pobre de adquirir mais capital humano for limitada pelo baixo rendimento, a tributação e a redistribuição podem ajudar na aquisição desse capital humano. Mais importante, como argumentam Galor e Zeira (1993) e Lindert (2004a, 2004b, 2021), se o retorno marginal do capital físico for maior do que o retorno do capital humano, a redistribuição pode mesmo favorecer o crescimento. Assim, o aumento das transferências fiscais pode significar um aumento tanto das oportunidades como do crescimento económico.

Este é geralmente o mecanismo corretivo proposto pelos investigadores empenhados em documentar o efeito dos constrangimentos impostos pelo nascimento. No entanto, o efeito da sua correção poderia também ir no sentido oposto. Por exemplo, impostos elevados poderiam logo à partida desencorajar as pessoas de assumir um investimento arriscado na educação (Feldmann, 2017). Outro exemplo: se aqueles que auferem rendimentos mais elevados puderem mudar de emprego ou de região mais facilmente, possuirão então mais poder de negociação com os seus empregadores. Assim, poderão ser capazes de exigir salários líquidos mais elevados, levando os empregadores a adiar aumentos salariais para os trabalhadores mais abaixo na escala de rendimentos, que têm menos mobilidade profissional (Gordon, 2016). Nesta situação, impostos mais elevados para financiar transferências sociais poderão acabar por reduzir os recursos disponíveis para as famílias de menores rendimentos e assim limitar a sua capacidade de investir recursos para subir na escala de rendimentos. Assim, os efeitos da subcategoria “Dimensão do Estado” poderão funcionar em qualquer dos sentidos.

Como foi acima referido, o único estudo (tanto quanto sabemos) que relaciona diretamente a mobilidade ascendente dos rendimentos a restrições institucionais é o de Boudreaux (2014), que foi obrigado a apoiar-se numa amostra relativamente pequena (25 países, de carácter transversal) e utilizou um indicador que aludia apenas a um único aspeto da liberdade económica.

O resto da literatura ou admite apenas uma relação indireta ou concentra-se no papel das restrições de rendimento herdadas à nascença. O objetivo deste artigo é avaliar se existem provas mais diretas do papel dos constrangimentos institucionais na mobilidade.

### **3 Dados e metodologia**

Para realizar esta avaliação, centramo-nos em duas medidas de mobilidade como variáveis dependentes. Uma que se refere à mobilidade social em termos genéricos – o Índice Global de Mobilidade Social [*Global Social Mobility Index*, GSMI] do Fórum Económico Mundial – e outra que se refere diretamente à mobilidade de rendimentos – a Base de Dados Global sobre

Mobilidade Intergeracional [*Global Database on Intergenerational Mobility, GDIM*] do Banco Mundial (Narayan et al., 2018).

### 3.1 O Índice de Mobilidade Social Global

A primeira variável dependente vem do Índice de Mobilidade Social Global (*Global Social Mobility Index, GSMI*) do Fórum Económico Mundial. As tentativas anteriores de medir a mobilidade social analisaram a mobilidade social entre gerações através de comparações intergeracionais dos rendimentos de crianças e dos seus pais. Segundo o GSMI, um problema com esta abordagem é que ela capta o efeito de medidas tomadas há décadas atrás. O GSMI, contudo, operacionaliza os fatores da mobilidade social relativa, em vez dos seus resultados: mede especificamente a mobilidade social através de políticas, práticas e instituições. O GSMI é uma pontuação agregada de mobilidade que assume uma média simples de dez "pilares" que representam cinco determinantes da mobilidade social. Os cinco determinantes são saúde, educação, acesso à tecnologia, oportunidades e condições de trabalho, e proteção social e instituições inclusivas.

Cuidados de saúde de baixa qualidade afetam os desfavorecidos de forma desproporcional, impedindo a mobilidade social. O primeiro determinante, a saúde, é medido utilizando apenas um Pilar, "Saúde". Este pilar inclui taxas de maternidade adolescente (por 1000 mulheres), prevalência de subnutrição, índice de acesso e qualidade da saúde, e um índice de esperança de vida saudável ajustado pela desigualdade.

A educação e o capital humano que resulta do acesso à educação são considerados um fator essencial de mobilidade social. "Educação", o segundo grande fator determinante, compreende três pilares. O segundo pilar, "Acesso à Educação", engloba a frequência pré-primária, a qualidade da formação profissional, o rácio NEET<sup>5</sup>, a existência de crianças fora da escola, e um índice de educação ajustado pela desigualdade. O pilar 3, "Qualidade e Equidade da Educação", mede as crianças abaixo da proficiência mínima, alunos por professor no ensino pré-primário, primário e secundário, resultados de aprendizagem harmonizados, diversidade social nas escolas, e falta de material educativo entre as crianças desfavorecidas. Finalmente, o pilar 4, "Aprendizagem ao Longo da Vida", mede a extensão da formação do pessoal, políticas de mercado de trabalho ativas, acesso a serviços básicos através das tecnologias de informação e comunicação (TIC), e a percentagem de empresas que oferecem formação oficial.

Mesmo que os países proporcionem educação, o acesso a essas oportunidades através da tecnologia poderá ser necessário. O acesso tecnológico, o terceiro grupo, contém apenas o pilar 5, "Acesso à Tecnologia". Este pilar é alimentado pelo uso de dados sobre percentagem de utilizadores da Internet, assinaturas fixas de Internet de banda larga por 100 habitantes, assinaturas de banda larga móvel por 100 habitantes, percentagem da população coberta por pelo menos rede móvel 3G, percentagem da população rural com acesso à eletricidade, e acesso à Internet nas escolas.

São utilizadas medidas de trabalho justo e de oportunidades devido ao efeito complementar que os fatores do mercado de trabalho têm na mobilidade social. Este quarto grande grupo contém os pilares 6, 7 e 8. O pilar 6, "Oportunidades de Trabalho", é composto por dados

---

<sup>5</sup> "Este indicador apresenta a proporção de jovens que não estão empregados, a estudar ou a receber formação (*not in employment, education or training, NEET*), como uma percentagem do número total de jovens no grupo etário correspondente, por sexo" (OECD, 2020).

sobre desemprego entre a força laboral com educação básica, intermédia e avançada, desemprego nas regiões rurais, rácio de participação da força laboral feminina em relação à masculina, e percentagem de trabalhadores em empregos precários. O pilar 7, “Distribuição Salarial Justa”, mede a incidência de baixos salários, o rácio dos 40% mais baixos pelos 10% mais elevados em termos de rendimento do trabalho, o rácio dos 50% mais baixos pelos 50% mais elevados em termos de rendimento do trabalho, o rendimento médio dos 40% mais baixos e a proporção ajustada do rendimento do trabalho face aos restantes rendimentos. O pilar 8, “Condições de Trabalho”, utiliza uma média de um Índice dos Direitos do Trabalhador, a cooperação nas relações entre trabalhadores e empregadores, um índice sobre a meritocracia no trabalho, a percentagem de trabalhadores que trabalham mais de 48 horas por semana e o rácio de prevalência de contratação coletiva.

O último grande grupo, proteção social e instituições inclusivas, é incluído para quantificar a capacidade dos países de fornecer proteção social, instituições e serviços públicos eficientes. O pilar 9, “Proteção Social”, é constituído por uma medida das prestações de rendimento mínimo garantido (como percentagem do rendimento mediano), pela cobertura da proteção social, pelas despesas de proteção social, e por um índice de proteção por segurança social. O último e décimo pilar, “Instituições Inclusivas”, utiliza o Índice de Perceção de Corrupção e pontua a eficiência do Governo e dos serviços públicos, a inclusividade das instituições e a estabilidade política e proteção contra a violência.

O Fórum Económico Mundial desenvolve um enquadramento dividido em dois "ciclos" que descrevem a mobilidade social de um país. No ciclo virtuoso, os cinco determinantes da mobilidade social conduzem à igualdade de oportunidades, que posteriormente aumenta a mobilidade social, causando menos desigualdades herdadas, o que depois se volta a encadear nos cinco determinantes. Por outro lado, países que se considera estarem no ciclo vicioso apresentam baixas classificações nos determinantes, gerando menos igualdade de oportunidades, menos mobilidade, mais desigualdades herdadas, o que, mais uma vez, prejudica os pilares do índice.

Os valores do GSMI poderiam variar entre 0 e 100 mas, na realidade, as pontuações vão de 34 (Costa do Marfim) a 85,2 (Dinamarca). O índice fornece um valor para 82 países. Os outros quatro países nórdicos estão entre os cinco primeiros, com a Noruega em segundo lugar (83,6), a Finlândia em terceiro (83,6), a Suécia em quarto (83,5), e a Islândia em quinto (82,7). As classificações de outros países de relevo incluem o Canadá (14.º, 76,1), Reino Unido (21.º, 74,4), Estados Unidos (27.º, 70,4), Rússia (39.º, 64,7), China (45.º, 61,5), e Índia (76.º, 42,7).<sup>6</sup>

Ainda que os nossos principais resultados se baseiem no índice como um todo, também os testaremos com cada um dos pilares separadamente. Fazemo-lo porque, como destacamos abaixo, algumas subcategorias podem ser ligeiramente problemáticas, uma vez que as suas definições partilham algumas semelhanças com a de liberdade económica (e dessa forma os resultados não configurariam uma associação real, mas sim uma associação “cozinhada” graças a definições semelhantes).

### **3.2 A Base de Dados Global sobre Mobilidade Intergeracional**

O problema do Índice Global de Mobilidade Social (GSMI) é que existe alguma recursividade entre as variáveis dependentes e a variável independente (liberdade económica). Por exemplo, o Pilar 9, que inclui prestações governamentais sob a forma de despesas sociais, estará muito

---

<sup>6</sup> Portugal é 14.º. Ver: [http://www3.weforum.org/docs/Global\\_Social\\_Mobility\\_Report.pdf](http://www3.weforum.org/docs/Global_Social_Mobility_Report.pdf) (Nota da tradução)

provavelmente diretamente relacionado com a Área 1 do índice EFW, que se refere à dimensão do Estado. Assim, pela sua inclusão, o Pilar 9 impulsionaria alguns dos resultados porque as duas variáveis são definidas simultaneamente.<sup>7</sup> Isto implica que quaisquer resultados poderiam ser defeituosos se dependermos exclusivamente do GSMI. Este seria um problema semelhante ao salientado pela constatação de que diferentes medidas de desigualdade de rendimentos (que são tomadas como uma aproximação da mobilidade de rendimentos) produzem resultados diferentes em termos da sua relação com a liberdade económica (Holcombe e Boudreaux, 2016).

Assim sendo, adotamos um segundo conjunto de dados para abordar a capacidade de generalização [*generalizability*]: a Base de Dados Global sobre Mobilidade Intergeracional (*Global Database on Intergenerational Mobility*, GDIM) do Banco Mundial (Narayan et al., 2018). Este indicador contém estimativas da mobilidade intergeracional, tanto em escala absoluta como relativa, por coortes de 10 anos.

Utilizamos os coortes dos anos 80, ou seja, os pais inquiridos no estudo nasceram nesta década. Isto deve-se ao facto de haver mais países disponíveis para o coorte desta década do que de qualquer outra. O GDIM inclui medidas de mobilidade de rendimentos.

Ao contrário do índice GSMI, classificações mais baixas correspondem a uma maior mobilidade intergeracional. O lado negativo do GDIM é que temos uma amostra mais pequena (mais de 50 países) e, mais importante ainda, perdemos múltiplos países com valores baixos de liberdade económica. Isto limita a variância das medidas de liberdade económica ao grupo de países com alto nível de liberdade. Assim, os efeitos podem parecer mais ténues nesse grupo, o que irá aumentar o efeito adverso de uma amostra de menor dimensão.

### 3.3 Índice de Liberdade Económica do Mundo

A nossa principal variável independente de interesse é a liberdade económica. Utilizamos o índice publicado pelo relatório Liberdade Económica do Mundo (*Economic Freedom of the World*, EFW), do Fraser Institute (Gwartney, Lawson, Hall, e Murphy, 2020). A edição de 2020 do índice EFW compreende quarenta e duas variáveis em cinco áreas principais. O índice EFW em si é uma média simples destas cinco áreas principais: Dimensão do Estado (Área 1); Ordenamento Jurídico e Direitos de Propriedade (Área 2); Moeda Estável (Área 3); Liberdade de Comércio Internacional (Área 4); Regulação (Área 5). A pontuação do índice EFW varia de 0 a 10, correspondendo pontuações globais e por área mais elevadas a uma maior liberdade económica.

Como indicámos na secção 2, é expectável que as últimas quatro Áreas do índice EFW resultem em sinais de que mais liberdade económica conduz a maior mobilidade, ao passo que a primeira Área (Dimensão do Estado) é mais ambígua. Sendo assim, temos de adotar uma abordagem com duas vertentes. A primeira utiliza o índice EFW como um todo, enquanto a segunda utiliza as Áreas individualmente. Isto permitir-nos-á captar os efeitos potencialmente desiguais de cada subcategoria. Como corolário, permitir-nos-á identificar quais as subcategorias que têm o efeito mais robusto.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Um problema semelhante poderia aplicar-se a respeito de alguns elementos dos Pilares 7 e 8.

<sup>8</sup> Por exemplo, os leitores notarão que não fornecemos qualquer exemplo do efeito da liberdade de comércio internacional na mobilidade de rendimentos na secção 2. Isto deve-se ao facto de não termos encontrado estudos que efetuassem uma análise semelhante às das Áreas 2, 3 e 5.

### 3.4 Estratégia econométrica

Como os nossos dados são transversais [*cross-sectional*] por natureza, para testar a relação entre as variáveis dependentes (GSMI e GDIM) e as variáveis independentes (o índice EFW e as suas cinco Áreas) temos de recorrer à estratégia do método dos mínimos quadrados (*ordinary least squares*, OLS). Utilizamos três principais variáveis de controlo na análise de base. Um dos principais determinantes da mobilidade social é o nível de desenvolvimento, pelo que incluímos o valor do logaritmo do PIB per capita para medir o impacto da liberdade económica na mobilidade social independentemente do impacto da liberdade económica nos rendimentos. Utilizamos a estimativa de 2016 do PIB per capita do Projeto Maddison (Groningen Growth and Development Centre, 2020). Também incluímos a edição mais recente do Índice de Complexidade Económica (*Economic Complexity Index*, ECI). Este indicador baseia-se na complexidade das exportações. O ECI é uma aproximação para a sofisticação das capacidades de produção de um país. As pontuações do índice ECI em 2018, a edição utilizada neste artigo, variam entre 2,43 (Japão) e a Nigéria (-1,90), sendo que pontuações mais elevadas correspondem a maior complexidade. Finalmente, incluímos a percentagem de população urbana em 2018, segundo o Banco Mundial.<sup>9</sup> O resumo de estatísticas dos resultados e das principais variáveis independentes e de controlo podem ser encontradas na tabela 3.1.

**Tabela 3.1** Resumo de estatísticas

Variável	Obs.	Média	Desvio padrão	Mín	Máx
<b>Variáveis de Mobilidade Social</b>					
Mobilidade Social (GSMI)	82	62,207	13,670	34,475	85,172
Mobilidade Social (GDIM)	52	0,482	0,257	0,113	1,095
Saúde	82	74,530	14,810	36,366	94,469
Acesso à Educação	82	61,703	18,335	16,644	88,056
Qualidade da Educação	82	63,053	19,331	15,727	87,378
Aprendizagem ao Longo da Vida	82	55,385	12,377	37,251	81,101
Acesso a Tecnologia	82	72,069	14,956	30,917	94,120
Oportunidades de Trabalho	82	67,714	13,254	29,716	88,078
Distribuição Salarial Justa	82	49,600	18,854	1,852	88,411
Condições de Trabalho	82	59,668	11,534	37,704	83,613
Proteção Social	82	55,093	55,093	17,564	89,811
Instituições Inclusivas	82	63,254	15,121	33,537	89,514
<b>Liberdade Económica (2018)</b>					
Liberdade Económica	82	7,330	0,709	5,377	8,653
Dimensão do Estado	82	6,755	1,149	4,572	9,505
Ordenamento Jurídico & Direitos de Propriedade	82	5,934	1,334	3,041	8,246
Moeda Estável	82	8,894	0,976	5,648	9,869
Liberdade de Comércio Internacional	82	7,649	1,002	5,121	9,440
Regulação	82	7,419	0,860	4,772	9,137
Desvio-padrão das Áreas EFW	82	1,388	0,305	0,733	2,135

<sup>9</sup> Muitas regressões com liberdade económica e outros resultados sociais (por exemplo, desigualdade) tendem a utilizar medidas como a esperança de vida. Não as incluímos neste documento porque já estão incluídas nos dados do GSMI (Pilar 1). Acrescentá-las como variáveis de controlo apenas amplificaria o problema com o GSMI discutido na secção 3.2.

### Liberdade Económica (com desfasamento - *lag*)

Liberdade Económica (2013)	81	7,237	0,733	5,140	8,460
Liberdade Económica (2008)	80	7,187	0,730	5,580	8,640
Liberdade Económica (1990)	68	6,106	1,360	3,280	8,560
Liberdade Económica (1980)	64	5,609	1,246	2,950	8,130
<b>Controlos</b>					
PIB per capita (escala logarítmica)	82	9,786	0,844	7,815	11,244
Complexidade Económica	79	0,500	0,905	-1,601	2,427
Percentagem de Pop. Urbana	82	68,838	17,458	18,476	100,000

Ainda que as nossas regressões de base utilizem a pontuação EFW de cada país em 2018, incluímos também quatro valores desfasados [*lagged values*] de liberdade económica como controlos de robustez, numa tentativa de abordar a endogeneidade (2013, 2008, 1990, e 1980). Isto é particularmente importante para os resultados baseados nos dados do GDIM, uma vez que a mobilidade intergeracional é avaliada durante um período de tempo mais longo, de modo que uma pessoa nascida em 1990 não será demasiado afetada pelo nível de liberdade económica em 2018. Pelo contrário, essa pessoa será afetada ao longo dos anos intercedentes.

## 4 Resultados

### 4.1 Resultados com o índice global EFW

Fizemos uma regressão transversal [*cross-sectional*] com um máximo de 82 países. A tabela 3.2 apresenta uma regressão básica OLS com a mobilidade social (GSMI) como a variável dependente e a liberdade económica como independente. A coluna 1 não reporta quaisquer controlos e mostra um resultado positivo e estatisticamente significativo, com um aumento de um desvio padrão na pontuação EFW correspondendo a 67,6% de um aumento de um desvio padrão na mobilidade social. Isto implica que, se o nosso país economicamente menos livre, o Egipto, aumentasse a sua liberdade económica em um ponto, a sua mobilidade social seria igual à da Argentina ou do Vietname.

**Tabela 3.2 Liberdade económica vs Índice Global de Mobilidade Social (GSMI)**

Variável	(1)	(2)	(3)
Liberdade económica	13,038*** (1,419)	2,640* (1,447)	2,667* (1,339)
PIB per capita (escala logarítmica)		10,594*** (1,616)	10,429*** (1,633)
Complexidade económica		3,045*** (0,974)	2,981*** (0,951)
Percentagem de pop. urbana		-0,001 (0,047)	0,005 (0,047)
Desvio-padrão das Áreas EFW			-1,893 (2,257)
Constante	-33,361*** (10,413)	-62,731*** (11,862)	-59,026*** (13,636)
Observações	82	79	79
R-quadrado	0,457	0,832	0,833

Nota: Erros-padrão robustos entre parêntesis; \*\*\* p < 0,01, \*\* p < 0,05, \* p < 0,1.

A coluna 2 inclui as nossas três variáveis de controlo. Agora, verificamos que o índice EFW agregado é positivo e significativo ao nível de 10%. Bolen e Sobel (2020) argumentam que quando certas Áreas no índice EFW são fracas, as melhores pontuações nas outras Áreas não são substituíveis (como uma média simples sugeriria). Sugerem que se aborde esta situação incluindo uma medida do desvio padrão interno do país entre as cinco Áreas na regressão. Fazemo-lo na Coluna 3. A liberdade económica produz resultados semelhantes aos da Coluna 2. O desvio-padrão das cinco Áreas é negativo mas insignificante. Nas duas últimas colunas, o PIB per capita (em escala logarítmica) e a medida da complexidade económica são ambos positivos e significativos ao nível de 1%.

Na tabela 3.3, utilizamos antes a medida de mobilidade de rendimentos do GDIM. Isto reduz as nossas observações a 52 com controlos e 51 sem. Mais uma vez, a coluna 1 inclui apenas a liberdade económica na regressão, a coluna 2 inclui os três controlos, e a coluna 3 acrescenta o desvio padrão das cinco Áreas do índice EFW. Sem controlos, a liberdade económica é negativa e estatisticamente significativa ao nível de 1%. (Relembramos que pontuações mais baixas no GDIM correspondem a uma maior mobilidade). No entanto, quando os controlos são incluídos, a liberdade económica deixa de ser significativa. Na realidade, apenas o PIB per capita (em escala logarítmica) é negativo e estatisticamente significativo. À primeira vista, parece que os países mais ricos proporcionam uma maior mobilidade de rendimentos.

**Tabela 3.3 Liberdade económica vs. Base de Dados Global de Mobilidade Intergeracional (GDIM)**

Variável	(1)	(2)	(3)
Liberdade económica	-0,150*** (0,039)	0,039 (0,077)	0,038 (0,080)
PIB per capita (escala logarítmica)		-0,245*** (0,080)	-0,248*** (0,082)
Complexidade económica		-0,028 (0,038)	-0,030 (0,039)
Percentagem de pop. urbana		0,002 (0,002)	0,002 (0,002)
Desvio-padrão das Áreas EFW			-0,077 (0,105)
Constante	1,595*** (0,294)	2,516*** (0,506)	2,647*** (0,555)
Observações	52	51	51
R-quadrado	0,188	0,461	0,469

Nota: Erros-padrão robustos entre parêntesis; \*\*\* p < 0,01, \*\* p < 0,05, \* p < 0,1.

Para tentar abordar a potencial endogeneidade, apresentamos os resultados da inclusão de quatro desfasamentos [*lags*] de liberdade económica (5 e 10 anos de *lag*, bem como pontuações EFW em 1990 e 1980) na tabela 3.4 (GSMI) e na tabela 3.5 (GDIM). Sem controlos (Colunas 1, 3, 5, e 7 em ambos os quadros), a liberdade económica é significativa ao nível de 1% e mostra o sinal esperado (a liberdade económica está positivamente associada a uma maior mobilidade). Uma vez incluídos os controlos, encontramos alguns resultados interessantes. Quando se utiliza o GSMI como variável dependente, a liberdade económica em 2013 é positiva e significativa (na coluna 2). Para o GDIM, porém, apenas a liberdade económica em 1980 é significativa (coluna 8). Este resultado – de que os valores anteriores da liberdade económica são significativos em relação aos valores atuais – é consistente com a

forma como o GDIM constrói a mobilidade. No entanto, os resultados sugerem que a liberdade económica em 1980 está negativamente associada à mobilidade de rendimentos para crianças com pais nascidos nessa década. Na coluna 9 de ambas as tabelas, utilizamos em vez disso a pontuação média EFW de 1980 a 2018 como variável de interesse. Quando o GSMI é a variável dependente, a variável EFW média é positiva e significativa, mas é insignificante para o GDIM.

#### 4.2 Resultados com componentes individuais do Índice Global de Mobilidade Social

Como discutido na secção 3.1, a medida do GSMI para a mobilidade social é uma média simples de dez pilares. Encontrámos até agora provas bastante sólidas de que a liberdade económica está positivamente correlacionada com a mobilidade social. Contudo, queremos ir mais além na compreensão de quais os pilares em que isto é verdade. Não há qualquer razão *a priori* para esperar que a liberdade económica tenha o mesmo impacto em cada pilar por igual, pelo que a divisão dos resultados pelos diferentes pilares parece justificar-se. Este exercício, com controlos e com o desvio padrão para as Áreas de liberdade económica, inclui-se na tabela 3.6.

Tabela 3.4 Liberdade económica com "desfasamentos" ( <i>lags</i> ) vs. Índice Global de Mobilidade Social (GSMI)									
Variável	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
Liberdade económica (2013)	12,055*** (1,660)	2,417* (1,236)							
Liberdade económica (2008)			12,905*** (1,367)	1,246 (1,140)					
Liberdade económica (1990)					6,613*** (1,026)	0,078 (0,601)			
Liberdade económica (1980)							7,682*** (0,922)	0,906 (0,699)	
Desvio-padrão das Áreas EFW		-0,232 (1,958)		1,004 (2,290)		-1,754 (1,461)		-2,131* (1,114)	
Média EFW (1980-2018)									2,962*** (1,318)
PIB per capita (escala logarítmica)		10,766*** (1,537)		11,862*** (1,362)		12,622*** (1,346)		11,731*** (1,306)	10,090*** (1,615)
Complexidade económica		2,841*** (0,954)		2,697*** (0,871)		2,032** (0,914)		1,998** (0,893)	2,901*** (0,946)
Percentagem de pop. urbana		0,005 (0,047)		0,002 (0,048)		0,060 (0,046)		0,075* (0,043)	0,006 (0,044)
Constante	-24,804** (12,130)	-62,478*** (12,664)	-30,250*** (9,843)	-65,737*** (12,190)	21,805*** (6,968)	-65,626*** (11,608)	18,863*** (5,730)	-62,068*** (10,547)	-59,583*** (11,440)
Observações	81	78	80	77	68	65	64	61	79
R-quadrado	0,422	0,827	0,474	0,842	0,382	0,875	0,415	0,888	0,835

Nota: Erros-padrão robustos entre parêntesis; \*\*\* p < 0,01, \*\* p < 0,05, \* p < 0,1.

**Tabela 3.5 Liberdade económica com "desfasamentos" (*lags*) vs. Base de Dados Global de Mobilidade Intergeracional (GDIM)**

Variável	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
Liberdade económica (2013)	-0,156*** (0,044)	0,044 (0,082)							
Liberdade económica (2008)			-0,153*** (0,043)	0,055 (0,071)					
Liberdade económica (1990)					-0,084*** (0,024)	0,046 (0,036)			
Liberdade económica (1980)							-0,080*** (0,021)	0,073** (0,030)	
Desvio-padrão das Áreas EFW		-0,055 (0,081)		-0,145* (0,085)		0,036 (0,077)		0,059 (0,045)	
Média EFW (1980-2018)									0,070 (0,065)
PIB per capita (escala logarítmica)		-0,245*** (0,082)		-0,246*** (0,082)		-0,253*** (0,067)		-0,285*** (0,063)	-0,272*** (0,080)
Complexidade económica		-0,029 (0,039)		-0,038 (0,041)		-0,054 (0,040)		-0,049 (0,041)	-0,030 (0,038)
Percentagem de pop. urbana		0,002 (0,002)		0,002 (0,002)		0,001 (0,003)		0,002 (0,003)	0,002 (0,002)
Constante	1,630*** (0,331)	2,570*** (0,525)	1,604*** (0,327)	2,617*** (0,499)	1,019*** (0,169)	2,605*** (0,593)	0,943*** (0,138)	2,711*** (0,544)	2,592*** (0,507)
Observações	52	51	52	51	45	44	44	43	51
R-quadrado	0,186	0,470	0,190	0,500	0,221	0,544	0,177	0,568	0,471

Nota: Erros-padrão robustos entre parêntesis; \*\*\* p < 0,01, \*\* p < 0,05, \* p < 0,1.

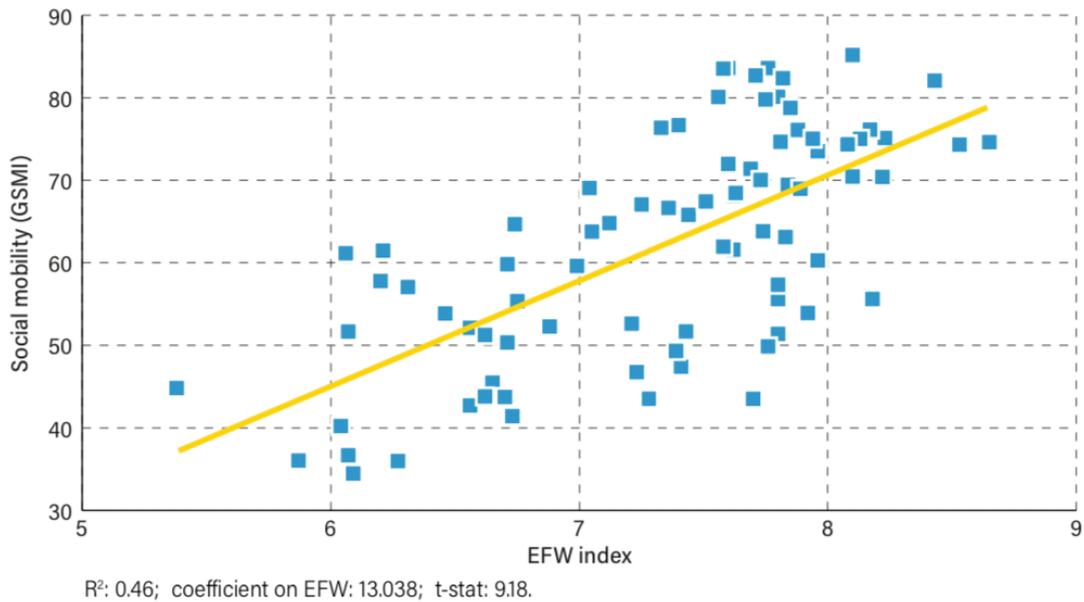
**Tabela 3.6 Liberdade económica vs. 10 pilares do Índice Global de Mobilidade Social (GSMI)**

Variável	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)
	Saúde	Acesso a Educação	Qualidade e Equidade da Educação	Aprendizagem ao longo da vida	Acesso a Tecnologia	Oportunidades de trabalho	Distribuição salarial	Condições de trabalho	Proteção social
Liberdade económica	1,963 (1,630)	1,187 (2,564)	5,191* (2,640)	2,966* (1,743)	2,903*** (1,047)	4,071 (2,838)	0,050 (3,534)	1,650 (2,234)	-1,023 (3,041)
Desvio-padrão das Áreas EFW	-5,267* (2,807)	-4,315 (3,990)	-6,010 (4,518)	-0,277 (2,799)	-5,690*** (2,000)	8,060* (4,570)	7,584 (5,164)	-1,199 (3,063)	-4,197 (4,051)
PIB per capita (escala logarítmica)	11,303*** (1,914)	13,114*** (2,661)	17,449*** (2,356)	6,355*** (2,185)	9,464*** (1,253)	4,235* (2,525)	13,432*** (4,040)	8,134*** (2,475)	14,259*** (3,128)
Complexidade económica	3,264** (1,238)	4,226*** (1,572)	0,872 (1,859)	3,094** (1,494)	3,384*** (0,955)	3,576** (1,793)	4,519* (2,351)	1,338 (1,415)	3,883** (1,821)
Percentagem de pop. urbana	-0,019 (0,068)	0,089 (0,077)	-0,244*** (0,091)	0,034 (0,061)	0,137*** (0,049)	-0,046 (0,074)	-0,109 (0,125)	-0,036 (0,075)	0,163 (0,109)
Constante	-43,928** (17,248)	-77,968*** (21,953)	-121,587*** (24,205)	-32,500** (16,193)	-45,350*** (12,396)	-13,903 (24,807)	-88,195*** (32,235)	-28,838* (16,283)	-84,522*** (23,026)
Observações	79	79	79	79	79	79	79	79	79
R-quadrado	0,770	0,746	0,671	0,613	0,867	0,359	0,489	0,515	0,668

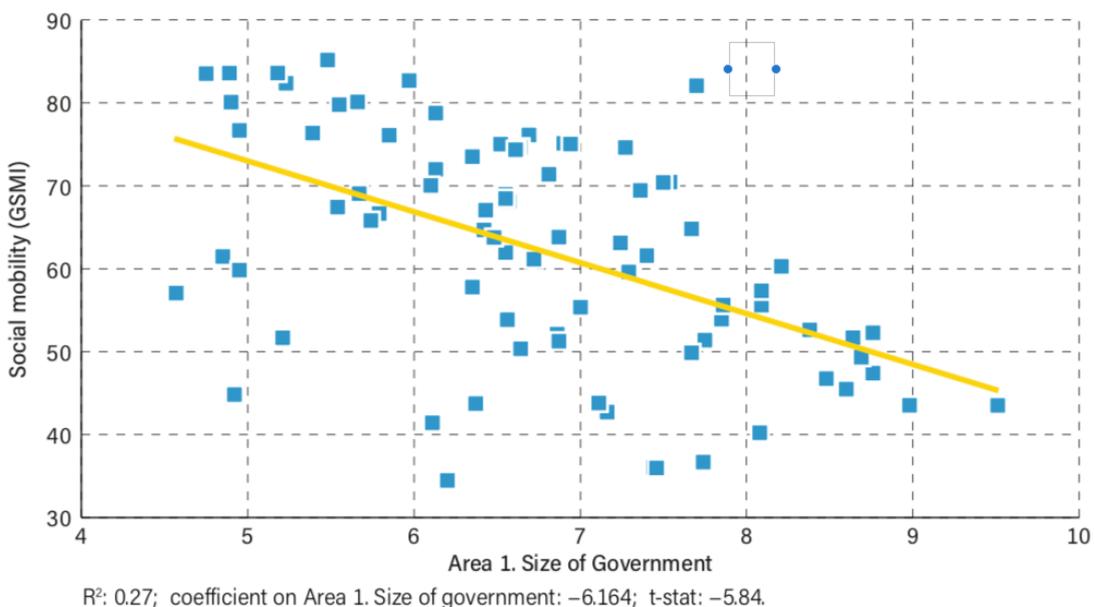
Nota: Erros-padrão robustos entre parêntesis; \*\*\* p < 0,01, \*\* p < 0,05, \* p < 0,1.

Os resultados nesta tabela sugerem que a liberdade económica está positivamente associada a maior qualidade de educação, maior aprendizagem ao longo da vida, maior acesso à tecnologia e instituições mais inclusivas (colunas 3, 4, 5, e 10). Estes resultados são também largamente significativos. Um aumento de um desvio padrão na liberdade económica corresponde a um aumento de 19% de um desvio padrão na qualidade da educação, 17% na aprendizagem ao longo da vida, 14% no acesso à tecnologia, e 36% nas instituições inclusivas. Outro resultado interessante vem da análise da sugestão de Bolen e Sobel (2021) de incluir o desvio padrão das cinco Áreas do índice EFW. O facto de haver uma maior variação nas cinco Áreas leva, com tudo o resto constante, a grandes danos no acesso à tecnologia e nas instituições inclusivas (colunas 5 e 10). O PIB per capita (em escala logarítmica) é positivo e estatisticamente significativo em cada um dos dez pilares.

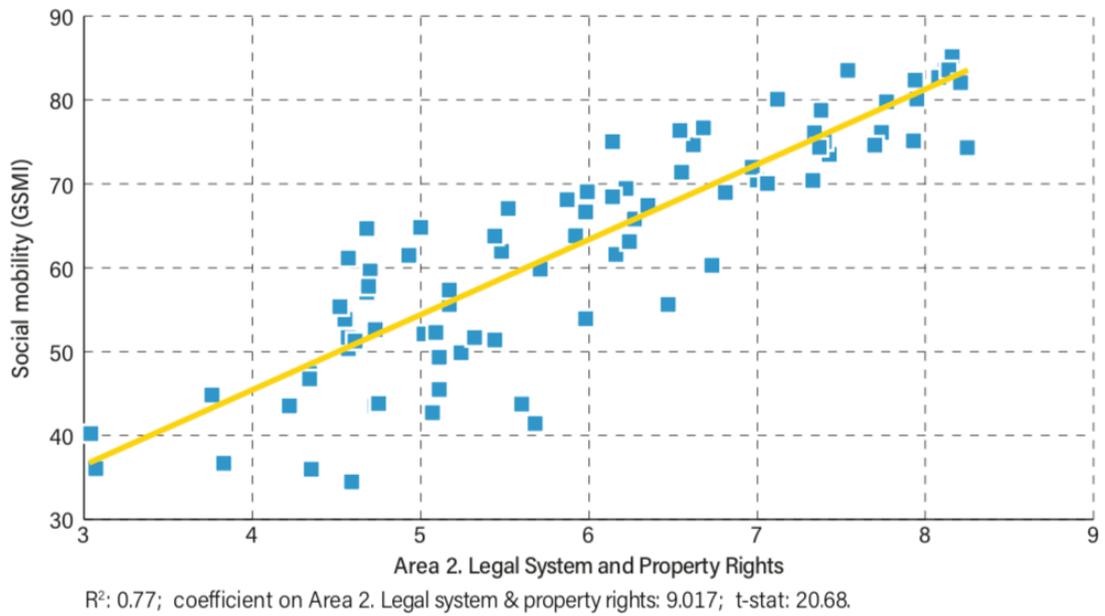
**Figura 3.1: Índice EFW e o Índice Global de Mobilidade Social**



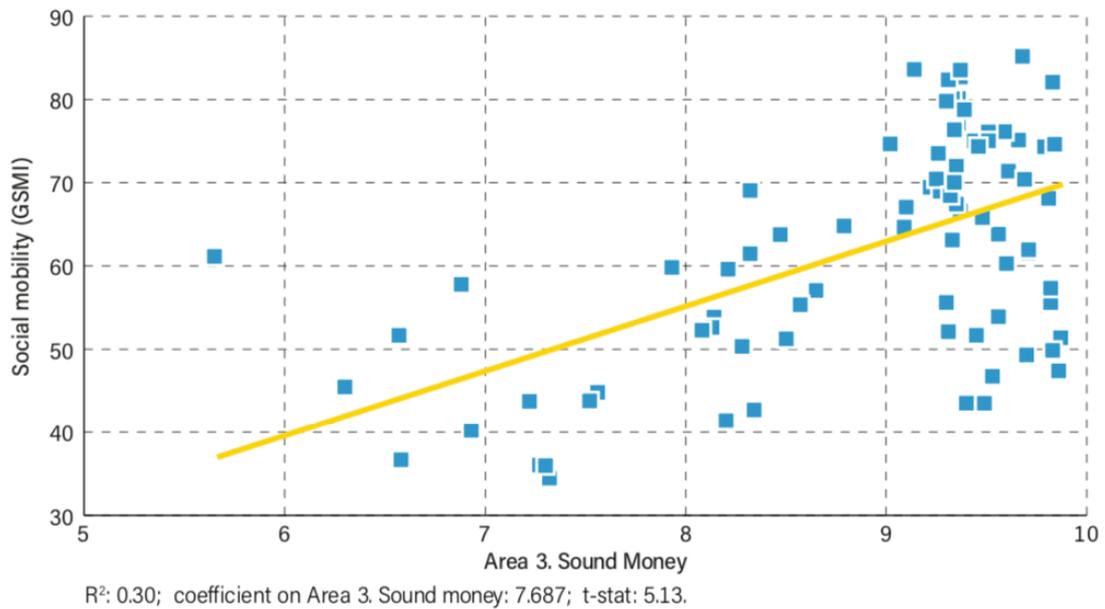
**Figura 3.2: Tamanho do governo e o Índice Global de Mobilidade Social**



**Figura 3.3: Ordenamento Jurídico e Direitos de Propriedade e o Índice Global de Mobilidade Social**



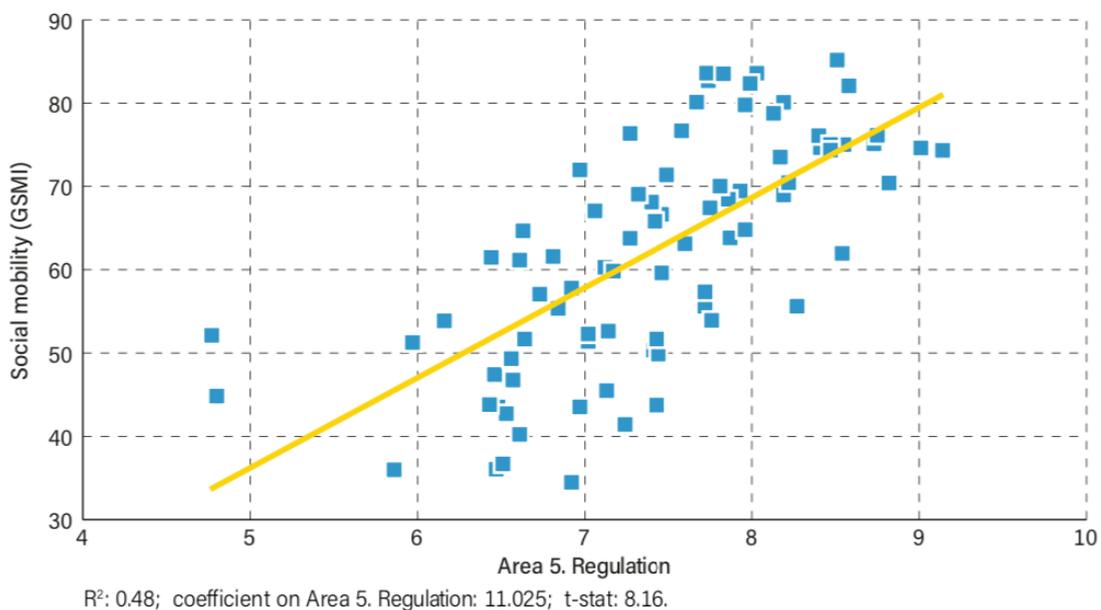
**Figura 3.4: Moeda estável e o Índice Global de Mobilidade Social**



**Figura 3.5: Liberdade de Comércio internacional e o Índice Global de Mobilidade Social**



**Figura 3.5: Regulação e o Índice Global de Mobilidade Social**



### 4.3 Resultados com as Áreas individuais do índice EFW

Por muito que não fosse de esperar que a liberdade económica afetasse igualmente cada pilar da mobilidade, também não seria de antecipar que cada Área de liberdade económica afectasse a mobilidade social (em geral, e cada um dos seus pilares) de igual forma. Separamos agora o índice EFW pelas suas cinco principais Áreas, de modo a mergulhar ainda mais fundo

nos resultados. Sem controlos,<sup>10</sup> obtemos resultados estatisticamente significativos ao nível de 1% para todas as cinco Áreas. Curiosamente, todas as Áreas – exceto a Dimensão do Estado (Área 1) – apresentam um coeficiente de sinal positivo. Isto sugere que uma maior dimensão do Estado está correlacionada com uma maior mobilidade social.

Os gráficos de dispersão do índice EFW e as suas cinco Áreas no Índice Global de Mobilidade Social (GSMI) (figuras 3.1–3.6) apresentam o valor ajustado em cada uma delas. Com base no R-quadrado das regressões acima e nas linhas ajustadas das figuras, verificamos que a Área do Ordenamento Jurídico e Direitos de Propriedade (Área 2) apresenta o ajuste [*fit*] mais forte (figura 3.3). Os resultados sugerem que mais de 77% da variação da mobilidade social pode ser explicada pela qualidade dos ordenamentos jurídicos e da proteção dos direitos de propriedade. A Dimensão do Estado (Área 1; figura 3.2), com um R-quadrado de 0,27, e a Moeda Estável (Área 3; figura 3.4), com um R-quadrado de 0,30, apresentam o pior ajuste.

Procuramos agora explicar que Áreas da liberdade económica afetam que pilares da mobilidade social. Para o fazer, é necessário estimar 60 regressões, pelo que resumimos os resultados numa só tabela (tabela 3.7).<sup>11</sup> Estes são os resultados quando incluímos os três controlos utilizados até agora no documento. As colunas mostram o índice global EFW e as suas cinco Áreas, enquanto as linhas mostram os dez pilares que compõem a medida GSMI.<sup>12</sup>

Para a Área 1, “Dimensão do Estado”, encontramos resultados muito interessantes. Apenas dois pilares são estatisticamente significativos, mas de sinais contraditórios. Uma menor dimensão do Estado está correlacionada com melhores oportunidades de trabalho (linha 6), mas com menor proteção social (linha 9). Em essência, isto significa que os Estados de maior dimensão proporcionam piores oportunidades de trabalho, mas melhor proteção social, sugerindo um *trade-off*, como indicámos na secção 2.

Em seguida, voltamos a atenção para aquela que parece ter a correlação mais dominante com a mobilidade social: a Área “Ordenamento Jurídico e Direitos de Propriedade”. A terceira coluna revela que oito pilares (todos exceto “Oportunidades de Trabalho” e “Distribuição Justa de Salários”) são positivos e significativamente correlacionados com o Ordenamento Jurídico e Direitos de Propriedade (Área 2). Todas estas oito regressões, excepto uma, são significativas ao nível de 1% (“Acesso à Educação”, na Linha 2, é significativa ao nível de 5%). A Moeda Estável (Área 3), por outro lado, é insignificante para cada um dos pilares (tabela 3.7).

---

<sup>10</sup> Os resultados sem os controlos podem ser disponibilizados mediante solicitação.

<sup>11</sup> Os resultados completos podem ser disponibilizados mediante solicitação.

<sup>12</sup> Note-se que a primeira coluna resume os resultados apresentados na tabela 3.6.

**Tabela 3.7 Resumo do Índice EFW e respetivas 5 áreas vs. Índice Global de Mobilidade Social (GSMI) e respetivos 10 pilares de mobilidade social**

Pilar	Liberdade económica	Área 1	Área 2	Área 3	Área 4	Área 5
		Dimensão do Estado	Ordenamento jurídico e Direitos de propriedade	Moeda estável	Liberdade de comércio internacional	Regulação
<b>Mobilidade social</b>	+*		+***			+***
[1] Saúde			+***		+**	+**
[2] Acesso à educação			+***			+**
[3] Qualidade e Equidade da Educação	+*		+***		+**	+***
[4] Aprendizagem ao longo da vida	+*		+***		+*	+***
[5] Acesso a tecnologia	+***		+***			
[6] Oportunidades de trabalho		+**				
[7] Distribuição salarial justa						
[8] Condições de trabalho			+***			+*
[9] Proteção social		-**	+***			
[10] Instituições inclusivas	+***		+***		+**	+***

Nota: \*\*\*  $p < 0.01$ , \*\*  $p < 0.05$ , \*  $p < 0.1$ .

A Liberdade de Comércio Internacional (Área 4, quinta coluna) é positiva e significativamente associada a quatro pilares: “Saúde”, “Qualidade e Equidade da Educação”, “Aprendizagem ao Longo da Vida”, e “Instituições Inclusivas”. Uma explicação possível para isto é que a liberdade de importação proporciona melhores resultados em matéria de saúde, formas mais diversas (e melhores) de oferecer educação, e força os países a proporcionar ambientes institucionais inclusivos.

Por fim, examinamos o impacto da Regulação sobre estes pilares. A Regulação (Área 5, sexta coluna) está positivamente associada a seis pilares, todos excepto “Acesso à Tecnologia”, “Oportunidades de Trabalho”, “Distribuição Salarial Justa”, e “Proteção Social”. Quando estes resultados são combinados, verificamos que países com Estados mais pequenos, melhores sistemas jurídicos e proteção dos direitos de propriedade, comércio internacional livre, e regulações menos restritivas correspondem a valores mais elevados para nove dos dez pilares. A única exceção é o Pilar 7, “Distribuição Equitativa de Salários”.

Realizamos agora um teste semelhante com o GDIM (tabela 3.8). No entanto, só por uma vez qualquer uma das Áreas se revelou significativa: a Área 4, Liberdade de Comércio Internacional (Coluna 4). Isto ocorre apenas ao nível de 10%, mas com o sinal oposto, como esperado. Ao substituir o nível destas Áreas em 2018 pela média destas Áreas de 1980 a 2018 (tabela 3.9), obtemos resultados semelhantes. A Dimensão do Governo (Coluna 1) e a Liberdade de Comércio Internacional (Coluna 4) são positivas e significativas ao nível de 10%. Globalmente, no entanto, não parece que a liberdade económica seja muito importante para a relação rendimento-mobilidade medida pelo GDIM.

**Tabela 3.8 Áreas do Índice EFW vs. Base de Dados Global de Mobilidade Intergeracional (GDIM)**

Variável	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Área 1: Dimensão do Estado	0,020 (0,032)				
Área 2: Ordenamento Jurídico e Direitos de propriedade		-0,061 (0,050)			
Área 3: Moeda Estável			0,084 (0,051)		
Área 4: Liberdade de Comércio Internacional				0,081* (0,046)	
Área 5: Regulação					-0,042 (0,042)
PIB per capita (escala logarítmica)	-0,218*** (0,061)	-0,151*** (0,097)	-0,286*** (0,054)	-0,280*** (0,063)	-0,197*** (0,071)
Complexidade económica	-0,021 (0,039)	-0,019 (0,035)	-0,028 (0,037)	-0,032 (0,034)	-0,026 (0,036)
Percentagem de pop. urbana	0,002 (0,002)	0,003 (0,002)	0,002 (0,002)	0,001 (0,002)	0,003 (0,002)
Constante	2,374*** (0,580)	2,162*** (0,678)	2,496*** (0,475)	2,580*** (0,465)	2,593*** (0,500)
Observações	51	51	51	51	51
R-quadrado	0,462	0,478	0,500	0,499	0,469

Nota: Erros-padrão robustos entre parêntesis; \*\*\* p < 0,01, \*\* p < 0,05, \* p < 0,1.

**Tabela 3.9 Média (1980-2018) das Áreas EFW vs. Base de Dados Global de Mobilidade Intergeracional (GDIM)**

Variável	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Média da Área 1: Dimensão do Estado	0,059* (0,031)				
Média da Área 2: Ordenamento Jurídico e Direitos de propriedade		-0,072 (0,045)			
Média da Área 3: Moeda Estável			0,073 (0,054)		
Média da Área 4: Liberdade de Comércio Internacional				0,087* (0,045)	
Média da Área 5: Regulação					-0,014 (0,041)
PIB per capita (escala logarítmica)	-0,216*** (0,061)	-0,137 (0,095)	-0,294*** (0,071)	-0,296*** (0,064)	-0,212*** (0,071)
Complexidade económica	-0,008 (0,038)	-0,015 (0,033)	-0,037 (0,039)	-0,041 (0,034)	-0,029 (0,038)
Percentagem de pop. urbana	0,002 (0,002)	0,003 (0,002)	0,002 (0,002)	0,001 (0,002)	0,003 (0,002)
Constante	2,105*** (0,580)	2,071*** (0,673)	2,672*** (0,475)	2,748*** (0,454)	2,543*** (0,510)
Observações	51	51	51	51	51
R-quadrado	0,495	0,485	0,484	0,500	0,457

Nota: Erros-padrão robustos entre parêntesis; \*\*\* p < 0,01, \*\* p < 0,05, \* p < 0,1.

## 5 Discussão e conclusão

Embora uma vasta literatura tenha avaliado a relação entre a liberdade económica e a desigualdade de rendimentos, não foi ainda realizado qualquer teste direto do impacto da liberdade económica na mobilidade social. Isto é algo surpreendente, uma vez que uma das principais razões para querermos avaliar a desigualdade de rendimentos é precisamente por poder ser um meio de avaliar a mobilidade social. Preenchemos esta lacuna no presente artigo.

Utilizando duas medidas de mobilidade social – o Índice Global de Mobilidade Social (*Global Social Mobility Index*, GSMI) do Fórum Económico Mundial e a Base de Dados Global sobre Mobilidade Intergeracional (*Global Database on Intergenerational Mobility*, GDIM) do Banco Mundial – concluímos que a primeira medida está largamente correlacionada com a liberdade económica, enquanto a relação com a segunda é menos robusta. A liberdade económica parece estar altamente relacionada com quatro pilares da mobilidade social: Qualidade da Educação, Aprendizagem ao Longo da Vida, Acesso à Tecnologia e Instituições Inclusivas. Os nossos resultados mais interessantes surgem quando desagregamos os pilares da mobilidade social (no GSMI) e as diferentes Áreas da liberdade económica.

O Ordenamento Jurídico e os Direitos de Propriedade estão relacionados com nove dos dez pilares da mobilidade social, o que sugere que os nossos resultados são em grande parte impulsionados por esta Área. A Liberdade de Comércio Internacional está também correlacionada com quatro pilares e a Regulação com sete. Globalmente, encontramos provas bastante sólidas de que a liberdade económica está geralmente ligada à mobilidade social. No entanto, é mostrada uma imagem mais clara quando se desagregam os dois pilares da mobilidade e as Áreas da liberdade económica.

Os futuros investigadores devem tentar expandir os nossos resultados das seguintes formas. Primeiro, poder-se-ia fazer uma “corrida de cavalos” entre os níveis históricos de desigualdade e a qualidade das instituições atuais. Isto expandiria o raciocínio de Kufenko e Geloso (2020) desde um microcosmo para um cenário mais geral. Em segundo lugar, poder-se-ia tentar alargar o conjunto de dados do tipo GDIM para expandir o conjunto de dados. Os resultados do presente artigo devem dar o impulso necessário para conduzir estes esforços.

### Referências

Almås, I., and M. Mogstad (2012). Older or Wealthier? The Impact of Age Adjustment on Wealth Inequality. *Scandinavian Journal of Economics* 114, 1: 24–54.

Almås, I., T. Havnes, and M. Mogstad, M. (2011). Baby Booming Inequality? Demographic Change and Earnings Inequality in Norway, 1967–2000. *Journal of Economic Inequality* 9, 4: 629–650.

Ashby, N.J., and R.S. Sobel (2008). Income Inequality and Economic Freedom in the US States. *Public Choice* 134, 3-4: 329–346.

Apergis, N., and A. Cooray (2017). Economic Freedom and Income Inequality: Evidence from a Panel of Global Economies—A Linear and a Non-Linear Long-Run Analysis. *The Manchester School* 85, 1: 88–105.

- Apergis, N., O. Dincer, and J.E. Payne (2014). Economic Freedom and Income Inequality Revisited: Evidence from a Panel Error Correction Model. *Contemporary Economic Policy* 32, 1: 67–75.
- Auten, G., and D. Splinter (2019). Top 1 Percent Income Shares: Comparing Estimates Using Tax Data. In *AEA Papers and Proceedings*, vol. 109 (May): 307–311.
- Auten, G., and D. Splinter (2021). Top Income Shares and the Difficulties of Using Tax Data. In Diana Furchtgott-Roth, ed., *United States Income, Wealth, Consumption, and Inequality* (Oxford University Press): 125–152.
- Bailey, J.B., D.W. Thomas, and J.R. Anderson (2019). Regressive Effects of Regulation on Wages. *Public Choice* 180, 1: 91–103.
- Barbier, E.B. (2019). Institutional Constraints and the Forest Transition in Tropical Developing Countries. *International Advances in Economic Research* 25, 1: 1–18.
- Bennett, D.L., and B. Nikolaev (2016). Factor Endowments, the Rule of Law and Structural Inequality. *Journal of Institutional Economics* 12, 4: 773–795.
- Bennett, D.L., and B. Nikolaev (2017). On the Ambiguous Economic Freedom–Inequality Relationship. *Empirical Economics* 53, 2: 717–754.
- Bennett, D.L., and R.K. Vedder (2013). A Dynamic Analysis of Economic Freedom and Income Inequality in the 50 US States: Empirical Evidence of a Parabolic Relationship. *Journal of Regional Analysis & Policy* 43, 1: 42–55.
- Berggren, N. (1999). Economic Freedom and Equality: Friends or Foes? *Public Choice* 100, 3: 203–223.
- Bjørnskov, C. (2017). Growth, Inequality, and Economic Freedom: Evidence from the US States. *Contemporary Economic Policy* 35, 3: 518–531.
- Bolen, J.B., and R.S. Sobel (2020). Does Balance among Areas of Institutional Quality Matter for Economic Growth? *Southern Economic Journal* 86, 4: 1418–1445.
- Bolt, Jutta, and Jan Luiten van Zanden (2020). *Maddison Style Estimates of the Evolution of the World Economy. A New 2020 Update*. Maddison-Project Working Paper WP-15 (October). <<https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/publications/wp15.pdf>>, as of July 22, 2021,
- Boudreaux, C.J. (2014). Jumping Off of the Great Gatsby Curve: How Institutions Facilitate Entrepreneurship and Intergenerational Mobility. *Journal of Institutional Economics* 10, 2: 231–255.
- Candela, R.C., and V. Geloso (2021). Economic Freedom, Pandemics, and Robust Political Economy. *Southern Economic Journal* 87, 4: 1250–1266.
- Card, D. (2009). Immigration and Inequality. *American Economic Review* 99, 2: 1–21.
- Carter, J.R. (2007). An Empirical Note on Economic Freedom and Income Inequality. *Public Choice* 130m 1-2: 163–177.
- Chambers, D., C.A. Collins, and A. Krause (2019). How Do Federal Regulations Affect Consumer Prices? An Analysis of the Regressive Effects of Regulation. *Public Choice* 180, 1-2: 131–144.

- Clark, G. (2015). *The Son Also Rises: Surnames and the History of Social Mobility*. Princeton University Press.
- Danziger, S., R. Haveman, and E. Smolensky (1977). The Measurement and Trend of Inequality: Comment. *American Economic Review* 67, 3: 505–512.
- Easterly, W., and S. Fischer (2001). Inflation and the Poor. *Journal of Money, Credit and Banking* 33, 2: 160–178.
- Feldmann, H. (2017). Economic Freedom and Human Capital Investment. *Journal of Institutional Economics* 13, 2: 421–445.
- Galor, O., and J. Zeira (1993). Income Distribution and Macroeconomics. *Review of Economic Studies* 60, 1: 35–52.
- Geloso, V., and J. Bologna Pavlik (2021). Economic Freedom and the Economic Consequences of the 1918 Pandemic. *Contemporary Economic Policy* 39, 2: 255–263.
- Geloso, V., and P. Magness (2020). The Great Overestimation: Tax Data and Inequality Measurements in the United States, 1913–1943. *Economic Inquiry* 58, 2: 834–855.
- Geloso, Vincent, Phillip Magness, John Moore, and Philip Schlosser (2018). *How Pronounced Is the U-Curve? Revisiting Income Inequality in the United States, 1917-1945*. <<https://ssrn.com/abstract=2985234>>; <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2985234>>, as of July 22, 2021.
- Gordon, S. (2016). *Bargaining Power and the Incidence of Income Taxes on High Earners in Canada*. Centre de recherche sur les risques, les enjeux économiques, et les politiques publiques.
- Groningen Growth and Development Centre (2020). *Maddison Project Database 2020*. <<https://www.rug.nl/ggdc/historicaldevelopment/maddison/releases/maddison-project-database-2020?lang=en>>, as of July 22, 2021.
- Growth Lab at Harvard University (2019). Growth Projections and Complexity Rankings, V2 [data set]. <<https://doi.org/10.7910/dvn/xtaqmc>>.
- Grubel, H.G. (2016). *Income Mobility: The Rich and Poor in Canada*. Fraser Institute.
- Gwartney, James, Robert Lawson, Joshua Hall, and Ryan Murphy (2020). *Economic Freedom of the World: 2020 Annual Report*. Fraser Institute.
- Hall, J.C., and R.A. Lawson (2014). Economic Freedom of the World: An Accounting of the Literature. *Contemporary Economic Policy* 32, 1: 1–19.
- Holcombe, R. G., and C.J. Boudreaux (2016). Market Institutions and Income Inequality. *Journal of Institutional Economics* 12, 2: 263–276.
- Kleiner, M.M., and E. Vorotnikov (2017). Analyzing Occupational Licensing among the States. *Journal of Regulatory Economics* 52, 2: 132–158.
- Kufenko, V., and V. Geloso (2020). Who Are the Champions? Inequality, Economic Freedom and the Olympics. *Journal of Institutional Economics* 17, 3: 1–17.

- Larrimore, J., R.V. Burkhauser, G. Auten, and P. Armour (2017). *Recent Trends in US Top Income Shares in Tax Record Data Using More Comprehensive Measures of Income Including Accrued Capital Gains*. No. w23007. National Bureau of Economic Research.
- Larrimore, J., J. Mortenson, and D. Splinter (2021). Household Incomes in Tax Data Using Addresses to Move from Tax-Unit to Household Income Distributions. *Journal of Human Resources* 56, 2: 600–631.
- Lindert, P. H. (2004a). *Growing Public: Volume 1, the Story: Social Spending and Economic Growth since the Eighteenth Century*. Cambridge University Press.
- Lindert, P. H. (2004b). *Growing Public: Volume 2, Further Evidence: Social Spending and Economic Growth since the Eighteenth Century*. Cambridge University Press.
- Lindert, P.H. (2021). *Making Social Spending Work*. Cambridge University Press.
- Mechling, G., S. Miller, and R. Konecny, R. (2017). Do Piketty and Saez Misstate Income Inequality? Critiquing the Critiques. *Review of Political Economy* 29, 1: 30–46.
- Moore, E.G., and M.A. Pacey, M. A. (2003). Changing Income Inequality and Immigration in Canada, 1980-1995. *Canadian Public Policy/Analyse de Politiques* 29, 1: 33–52.
- Narayan, A., R. van der Weide, A. Cojocar, C. Lakner, S. Redaelli, D.G. Mahler, R.G.N. Ramasubbaiah, and S. Thewissen (2018). *Fair Progress?: Economic Mobility across Generations around the World*. World Bank Publications.  
<<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/28428>>, as of July 22, 2021
- Organisation for Economic Co-operation and Development [OECD] (2020). *Youth Not in Employment, Education or Training (NEET)*. Data. <<https://data.oecd.org/youthinac/youth-not-in-employment-education-or-training-neet.htm>>, as of July 6, 2021.
- Paglin, M. (1975). The Measurement and Trend of Inequality: A Basic Revision. *American Economic Review* 65, 4: 598–609.
- Piketty, T., and E. Saez (2003). Income Inequality in the United States, 1913–1998. *Quarterly Journal of Economics* 118, 1: 1–41.
- Sturm, J. E., and J. De Haan (2015). Income Inequality, Capitalism, and Ethno-Linguistic Fractionalization. *American Economic Review* 105, 5: 593–597.
- World Economic Forum (2020). *The Global Social Mobility Report* [data].  
<[http://www3.weforum.org/docs/Global\\_Social\\_Mobility\\_Report.pdf](http://www3.weforum.org/docs/Global_Social_Mobility_Report.pdf)>, as of July 22, 2021.
- Zhang, T., and M. Gunderson (2020). Impact of Occupational Licensing on Wages and Wage Inequality: Canadian Evidence 1998–2018. *Journal of Labor Research* 41, 4: 1–14.